

# Estratégias Inovadoras em MDI para EAD

Porto Alegre, Maio/2009

Maximira Carlota da Silva André

Núcleo de Educação a Distância da Unidade Estratégica de Desenvolvimento Educacional -  
SENAI-RS. E-mail: [maximira.andre@senairs.org.br](mailto:maximira.andre@senairs.org.br)

Maria de Fátima Rodrigues de Lemos

Núcleo de Educação a Distância da Unidade Estratégica de Desenvolvimento Educacional -  
SENAI-RS. E-mail: [mflemos@senairs.org.br](mailto:mflemos@senairs.org.br)

Fernando Ricardo Gambetta Schirmbeck

Núcleo de Educação a Distância da Unidade Estratégica de Desenvolvimento Educacional -  
SENAI-RS. E-mail: [fernando@senairs.org.br](mailto:fernando@senairs.org.br)

**Categoria – A (Estratégias e Políticas)**

**Setor Educacional – 2 (Educação Média e Tecnológica)**

**Natureza do Trabalho – C (Modelos de Planejamento)**

**Classe – 2 (Experiência Inovadora)**

**Resumo:** *O artigo versa sobre estratégias inovadoras em MDI (Material Impresso Didático) para Cursos em EAD (Educação a Distância), implementadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). As estratégias e política educacional das quais discorreremos, empregadas na concepção e planejamento da Coleção Competências Transversais, remetem-nos a uma inovação significativa e necessária no fazer pedagógico. Estas serão aqui apresentadas por meio do Curso Legislação Trabalhista, desenvolvido pelo Núcleo de Educação a Distância da Unidade Estratégica de Desenvolvimento Educacional do SENAI-RS que faz parte do programa Educação da Nova Indústria, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).*

**Palavra-Chave:** Estratégias e políticas educacionais inovadoras, Material Didático Impresso, Educação a Distância.

## Introdução

A educação é parte substancial para a construção do conhecimento, assim como da linguagem, e como tal, deve ser entendida em sua dimensão de pluralidade, de singularidade, de permanente transformação e integração, através de inúmeros e sucessivos processos de interação. A educação que não leva em consideração nossa condição de ser inquieto e portador de pluralidade e individualidade ímpar, inseridos em um meio que a todo o momento se altera e se organiza, precisa ser repensada, de modo a animar, facilitar e promover a aprendizagem, assim como a integração dos diferentes, do inusitado e do inesperado segundo Keim [in Bohn e Souza 2002]. E é nesta perspectiva que se põem os *temas transversais*, fundamentos para uma formação integral e rotas estratégicas para aproximar cidadania, educação, trabalho e formação profissional.

Cidadania, como anota Pinsky (2003:19), pode ser qualquer atitude cotidiana que implique a manifestação de uma consciência de pertinência e de responsabilidade individual e coletiva. Neste sentido, exigir direitos é parte da cidadania, enquanto respeitar contratos sociais é a sua contrapartida.

A educação aqui referida é a educação escolar, concebida nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta tipologia educativa pode ser organizada sob a forma de nível de ensino (LDB, art. 21) ou de modalidade educativa (LDB, arts. 37, 39, 58 e 78) e, ainda, oferecida em escolas e/ou instituições especializadas (LDB, art. 1º, § 1º).

Um dos desdobramentos da educação escolar é a educação profissional concebida como *processo integrado às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia e que conduz ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (LDB, art. 39)*.

O trabalho, por sua vez, objetivado no currículo, supõe processos de qualificação profissional, desenvolvidos em cursos e programas de três níveis, nos termos do Decreto 5.154/2004:

I - Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores;

II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

III - Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-graduação.

A proposta destes referenciais é oferecer diretrizes no âmbito conceitual e orientações no âmbito das práticas pedagógicas para que o Sistema CNI/SENAI disponibilize às Diretorias Regionais, com o objetivo de subsidiar cursos e programas de Educação Profissional, em nível de formação inicial e continuada, na formulação da oferta de 5 temas transversais, a saber: Empreendedorismo; Meio Ambiente; Inclusão Digital; Legislação Trabalhista; Segurança do Trabalho.

A inclusão de um bloco de temas transversais na programação de um sistema de ensino no âmbito de um processo de educação formal e não-formal é uma iniciativa inovadora. A oferta de cursos à sociedade, independentemente de a matrícula estar vinculada aos cursos regulares do SENAI, remete a uma contribuição de extrema relevância não só para a formação da juventude e do trabalhador brasileiro, mas para a inclusão também.

### **Embasamento teórico**

Os temas transversais, oferecidos em uma espécie de mistura de cores de saberes, dão vez a novos saberes, com novas tonalidades, em sintonia com os objetivos gerais da formação que se pretende alcançar em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, constituindo-se uma estratégia inovadora de MDI para EAD. Na centralidade deste diálogo epistemológico, está a idéia de tornar os alunos capazes de:

- Uma compreensão de cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia atitudes de solidariedade, cooperação e respeito mútuo;
- posicionarem-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediação de conflitos e tomada de decisões coletivas;

- conhecerem características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal;
- conhecerem e valorizarem a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, classe social, crenças, sexo, etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceberem-se integrantes e agentes transformadores do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolverem o conhecimento ajustado a si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agirem com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecerem e cuidarem do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- utilizarem as diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- saberem utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para a aquisição e construção de conhecimentos;
- questionarem a realidade formulando problemas e tratando de resolvê-los, utilizando o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação (MEC/PCN/EF).

Estes processos se apresentam como imperativos no conjunto da formação do trabalhador-cidadão, independentemente do nível em que se dê a sua qualificação. E a inclusão de temas transversais em cursos de iniciação profissional, seja para alunos do SENAI, seja para a sociedade como um todo, tem a ver com conceitos de politicidade e nível político do trabalhador, condições essenciais para uma cidadania ativa e socialmente solidária.

Os temas transversais trabalhados nestes cinco cursos oferecidos pelo SENAI contribuem, assim, para verticalizar o nexo entre currículo, qualificação profissional e identidade à medida que valorizam a diversidade das expressões do conhecimento, Morin (2000:35). Com este caráter sócio-educativo, os temas transversais, trabalhados com informações atualizadas e transdisciplinares abrem uma grande avenida para a construção de competências necessárias para atingir-se as demandas de um futuro quase já passado na medida em que:

- a aprendizagem ocorre em toda parte e para toda a vida;
- não se aprende uma só coisa de cada vez, porém, várias coisas ao mesmo tempo;
- aprender é refazer e renomear o mundo;
- a cultura escolar é importante para ajudar-nos a interpretar os significados mutáveis com pessoas de diferentes contextos e circunstâncias históricas que dão sentido à realidade;
- o conhecimento é mutável e dinâmico e, por isso, o mundo real se *estabelece* em decorrência de interpretações que se produzem em diferentes momentos;
- a nossa identidade é construída na condicionalidade dos contextos culturais e estes, na dependência das formas de racionalidade vigentes.

A seguir, passamos à análise de um destes cursos elaborados pelo SENAI, o de Legislação Trabalhista, com base nesta política e estratégia inovadora. O Curso de Legislação Trabalhista, elaborado via Material Didático Impresso, tem

promovido a reflexão sobre questões fundamentais para a formação solidária e crítica que se pretende atingir, como ilustrado abaixo.

- Qual a origem deste conhecimento?
- A realidade a que se reporta foi sempre assim?
- Como nossos pais e pessoas de outras épocas e lugares o percebia (este conhecimento)?
- Como se explicam as mudanças ocorridas na realidade e em nós?
- Como os fenômenos estudados afetam nossas vidas e as de outras pessoas?
- De que forma, o uso destes conhecimentos pode repercutir na comunidade e no ambiente de trabalho?

### **Curso Legislação Trabalhista: para quê?**

Primeiramente a relevância do tema 'Legislação Trabalhista' encontra sua justificativa para um curso do SENAI por ser o Direito do Trabalho responsável pela regularização das relações jurídicas entre empregado e empregador. No centro destas relações jurídicas, está o trabalho, elemento fundante da vida social.

O Curso utiliza como referências os avanços no âmbito desta legislação no Brasil que tiveram seu marco inicial com a Lei n. 62, de 1935, onde se assentaram as bases de um amplo lastro de direitos, com passagem, no ano seguinte da Lei n.º 185 que estabeleceu o salário mínimo. A publicação da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, promulgada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 12 de maio de 1943 ocorre logo após, e a partir de então se gera uma copiosa legislação trabalhista, de aplicação acompanhada por uma robusta estrutura da Justiça do Trabalho, consolidada desde então até agora. O quadro de competências, portanto, é construído a partir de toda a legislação operante e da jurisprudência dela decorrente.

Neste Curso foram desenvolvidos conteúdos que abordam os direitos e os deveres de estagiário, empregado e empregador, assim como, as causas e

implicações destes direitos e deveres, por meio de uma estória, ou melhor, um jogo chamado *Role Playing Game* (RPG), que significa na língua portuguesa jogo de interpretação de papéis.

Trata-se de um Curso que se desenvolve por meio de uma estória (jogo) que inclui o aluno em seu desenvolvimento. Esta estória apresenta ao aluno situações trabalhistas que o permitirá refletir, questionar, debater e decidir sobre os conteúdos e caminhos que o ajudarão a construir o conhecimento pretendido. Concomitantemente à legislação trabalhista, também são abordadas questões éticas e morais.

A aventura começa com uma viagem no tempo. O aluno encontra-se em 08 de março de 1857, quando do incêndio de uma fábrica de tecelagem. A estória trata da constituição dos direitos e deveres do trabalhador. Seu personagem principal, chamado Robert, é um rapaz de 18 anos, filho e herdeiro do dono da fábrica incendiada e a estória começa com muitas mulheres morrendo queimadas neste incêndio, pois naquela época (1857) era costume trabalharem acorrentadas, conforme o padrão seguido pelas empresas na ocasião. O pai de nosso personagem principal cai em profunda depressão, e cabe ao filho a reorganização da fábrica. Porém, algo acontece. Robert encontra uma máquina do tempo em uma das salas da fábrica e é transportado ao futuro – nossos dias atuais. Esta experiência o proporcionará muitas aprendizagens. Robert passará a conhecer a Legislação Trabalhista atual, desenvolvida justamente a partir deste episódio ocorrido em 1857 na fábrica de seu pai, e perceberá o significativo número de direitos e deveres trabalhistas conquistados, a partir de então.

A linguagem de RPG embasa a elaboração deste Curso como uma importante e inovadora estratégia educacional, uma vez que dentre as justificativas para a sua utilização na área educacional está a política de promoção da ação do sujeito sob o seu processo de aprender ou construir conhecimentos. O objetivo é promover o aluno a agente do seu próprio processo de aprendizagem, com a autonomia que isso implica.

## **Curso Legislação Trabalhista: Estratégias Inovadoras**

Continuamos com as estratégias que consideramos inovadoras para a implementação deste Curso. A estratégia ou linguagem adotada – RPG – proporciona aos alunos a possibilidade de assumirem papéis de personagens, de tomarem iniciativas e de determinarem a ordem em que trabalharão os conteúdos programáticos previstos no Curso. Ou seja, a direção do curso ou a direção que o ‘jogo’ tomará passa agora para as mãos do aluno, que passa a realizá-lo em consonância com seu ritmo e capacidade, também na medida em que passa a desenvolver sua autonomia.

A estratégia de utilização da linguagem de RPG permite a representação, ou a des-re-construção dos conteúdos, ao abrir a possibilidade de o aluno poder utilizar suas experiências e competências. Esta estratégia dá ao aluno a tomada de decisão e rompe a linearidade do paradigma “se-então”, também conhecido como “causa e efeito” ou ainda de “dual”. Além de promover o trabalho em equipe e colaborativo, também prioriza o respeito mútuo, uma vez que os caminhos que o aluno toma são respeitados e avaliados enquanto processo.

Dentre as estratégias adotadas neste curso, além da escolha pela linguagem RPG, temos as charadas, enigmas e escolhas. O aluno avança nos conteúdos programáticos por meio destes ‘links’, cujo objetivo é tornar o processo dinâmico, motivador e instigante ao raciocínio do aluno.

Os RPGs são naturalmente jogos sociais que se movem via colaboração e o Curso Legislação Trabalhista não poderia ser diferente. Em jogos de RPG, mais significativo que ter-se vencedores e perdedores, é termos participantes, bons jogadores. No Curso não é oferecido apenas um único caminho correto a ser perseguido ou uma resposta única correta. Trata-se de um Curso em que o processo de construção de conhecimento é avaliado mediante o acompanhamento dos passos, das escolhas e decisões do aluno, que podem ser retomadas por ele mesmo em distintos momentos. Isso o torna fundamentalmente inovador e diferente de outros Cursos.

## Considerações Finais

O aluno não percebe que está sendo avaliado. A avaliação é formativa, isto é, dá-se por meio de um acompanhamento do processo do aluno, processo este, que se constitui por suas escolhas, ou melhor, suas possibilidades, então necessidades. Também por meio de retomadas, reflexões, e respostas (tomadas de decisão) que são materializadas ao longo da trama ou do Curso. Durante a realização deste Curso o aluno recebe instruções para o preenchimento da grade de resposta, que expressa os seus passos, as suas escolhas, as suas aprendizagens ou a ausência delas.

O mais inovador nestas estratégias e política educacional, no entanto, reside no fato que pode-se proporcionar ao aluno, e à sociedade em geral, um novo modo de ser, pensar, fazer e sentir. Modos e saberes mais solidários, éticos, críticos e dialógicos, também via Cursos em MDI para EAD. O MDI, ao invés de perder espaço ou ser substituído por outras tecnologias, mostra-se, ao contrário, ainda muito eficiente e competente na tarefa de atingir a maior parte de nosso público, sociedade e trabalhadores do Brasil.

Resumindo, as estratégias inovadoras aqui discutidas, em MDI para EAD, permitem ao aluno: tomar decisões; agir ativamente; romper com a linearidade do paradigma “se-então”; trazer a ‘sua vida’, suas experiências e competências já construídas ou em construção para a escola; desenvolver o respeito mútuo, não apenas entre alunos e professores, mas entre alunos entre si, sobretudo. E as decisões ou escolhas toadas ao longo do Curso, embora diverjam de aluno para aluno, são todas acompanhadas, consideradas e respeitadas. Analisa-se o processo e verifica-se o que o aluno é capaz de construir em um dado momento.

## Referências Bibliográficas

KEIM, E. J. in BOHN, H. & SOUZA, O. (orgs.) **A complexidade do saber, das certezas da condição humana – ser como ser**. Faces do Saber: desafios à educação do futuro. p.63-84, 2002.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

PIAGET, J. & GRECCO, P. **Aprendizagem e conhecimento**. Freitas Bastos: Rio de Janeiro, 1974.

SENAI. **Legislação Trabalhista No Brasil: O Ponto De Partida**. Coleção Competências Transversais. Departamento Nacional, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.